



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 1, DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 17, de 2021, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Nelsinho Trad

RELATOR: Senadora Kátia Abreu

06 de Julho de 2021



Gabinete da Senadora **KATIA ABREU**

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 17, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.*

SF/21494.74721-46

Relator: Senadora KÁTIA ABREU

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata é bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo; mestre em Economia Política Internacional pela Escola de Economia e Ciência Política, Reino Unido; especialista em Diplomacia Pública pelo Instituto de Ciências Políticas, Paris, França e defendeu, no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco o trabalho “O Impacto da Autoridade de



Gabinete da Senadora KÁTIA ABREU

Promoção Comercial nas Negociações da ALCA, à luz dos interesses comerciais brasileiros”.

No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (1983); o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1992); e o Curso de Altos Estudos (2004).

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1984. Tornou-se Segundo-Secretário em 1988. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1995; Conselheiro em 2001; Ministro de Segunda Classe em 2005; e Ministro de Primeira Classe em 2011.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: Chefe de Gabinete do Secretário de Comunicação Social da Presidência da República (1995-1997); presidente do Conselho de Administração da Radiobrás (1995); chefe de gabinete do Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (2001-2003); chefe da Coordenação-Geral para as Negociações da ALCA (2003); chefe da Divisão da Área de Livre Comércio das Américas (2003-2006); chefe de gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2013-2015); embaixador em Nova Déli, cumulativa com o Reino do Butão (2015); e embaixador em Moscou (2018 até o presente).

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a missão em Genebra que, se aprovado, o sabatinado chefiará.

A missão cumpre da interface do Brasil junto às agências as Nações Unidas e organismos internacionais sediados em Genebra, Suíça: Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas; o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

No que atine à OMS, afora o histórico da instituição e da Organização Pan-Americana da Saúde, escritório regional da OMS, de conhecimento público, do relatório da Chancelaria destacamos o trecho de relevo:

SF/21494.74721-46



Gabinete da Senadora KÁTIA ABREU

O Brasil aderiu, em 25 de setembro, à COVAX Facility – iniciativa coordenada pela GAVI, CEPi e OMS - autofinanciada de países de renda alta e média-alta que colaboram para fundo comum de recursos para garantir seu acesso a futuras vacinas seguras e eficazes contra a COVID-19 em melhores condições.

A COVAX Facility tem como objetivo fornecer vacinas que permitam a imunização de 10 a 50% da população, conforme decisão do país signatário. Atualmente, 9 projetos de vacinas, selecionadas por especialistas, integram a carteira da iniciativa, que pode se ampliar no futuro. Os projetos têm diferentes tecnologias e vieram de diferentes continentes. Os critérios de escolha são: i) probabilidade de revelar-se eficaz e segura; ii) tempo para sua finalização; e iii) possibilidade de produção em larga escala.

O Brasil escolheu inicialmente imunizar 10% de sua população (cerca de 21 milhões de brasileiros) e ter a opção de compra de doses de diferentes vacinas no futuro.

O relatório assinala a importância de acompanhamento das tratativas na OMS para o enfrentamento à pandemia, sobretudo no que diz respeito a vacinas, medicamentos e diagnósticos sobre COVID-19. Como importante ator na diplomacia da saúde, convém ao Brasil participar de forma ativa nas principais instâncias internacionais de governança relativas à pandemia, tais como o ACT-A e a COVAX-Facility. Dessa forma, poderá melhor influenciar os debates internacionais sobre tema crucial para o país.

Em linha com sua tradicional política em defesa do acesso a medicamentos essenciais, conviria explorar iniciativas para atualizar o quadro jurídico internacional, no contexto da resposta à pandemia, respeitando o papel e competência da OMS. À medida que o Brasil amplia sua cobertura vacinal doméstica contra COVID-19, seria conveniente estudar, também, formas para apoiar o suprimento de imunizantes para países vizinhos, assim como para países membros da CPLP. Tais iniciativas poderiam beneficiar-se da estrutura atual no âmbito da OMS/OPAS, além de eventuais mecanismos bilaterais.

No momento em que deverão ter início na OMS discussões abrangentes sobre a futura arquitetura da saúde global, o Brasil pode

SF/21494.74721-46



Gabinete da Senadora KÁTIA ABREU

desempenhar papel de relevo, em defesa dos interesses e prioridades nacionais. Nesse sentido, são de especial relevância as tratativas a respeito de eventual tratado internacional sobre pandemias e sobre o fortalecimento da resposta da OMS a emergências sanitárias. Ambas as iniciativas deverão moldar o atual arcabouço institucional da saúde global e merecem atenção prioritária por parte do governo brasileiro.

No que atine à agenda da OIT, o relatório destaca que, Desde 2005, o foco da parceria Brasil-OIT se voltou para a cooperação técnica SulSul triangular em benefício de países em desenvolvimento, destacadamente na prevenção e eliminação do trabalho infantil e do trabalho forçado, na promoção da proteção social, no fortalecimento de inspeções de trabalho e no fomento à Agenda para o Trabalho Decente (ATD).

Convém, em particular, continuar atuando para aperfeiçoar o quadro institucional da Organização, de modo a promover maior transparência, acompanhamento e representatividade nos trabalhos técnicos da OIT, sobretudo no que diz respeito ao sistema de acompanhamento de normas e tratados. A propósito, vale mencionar a iniciativa para democratizar o funcionamento dos principais órgãos de governança da OIT, de modo a revisar cláusulas consideradas ultrapassadas e datadas.

Em vista do papel institucional da OIT no monitoramento da Convenção 169 sobre povos indígenas e tribais, o diálogo entre os parceiros sociais tem central importância. Ao Brasil cabe assegurar que as principais cláusulas da Convenção sejam devidamente implementadas, assegurando a flexibilidade necessária para avançar com projetos e obras de desenvolvimento, mediante consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas afetados.

Quanto ao Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), o relatório pontua que entre as ações desenvolvidas pelo UNAIDS no Brasil estão a campanha #”ZeroDiscriminação” e mostra internacional de filmes sobre o tema, além de projetos e campanhas sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

Na parte concernente ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), o relatório traz à lume que

SF/21494.74721-46



Gabinete da Senadora KÁTIA ABREU

O Brasil mantém profícuo diálogo com o CDH, e, desde 2001, estende convite permanente aos procedimentos especiais temáticos (relatores especiais). Desde 1995, mais de trinta relatores especiais e grupos de trabalho foram recebidos oficialmente pelo Brasil. Em 2019, foram recebidos os relatores sobre hanseníase, albinismo e substâncias tóxicas. As visitas previstas para 2020 tiveram de ser suspensas, em razão da pandemia de COVID-19. Espera-se para 2021 a visita da relatora especial sobre formas contemporâneas de racismo e discriminação racial.

Como principal *locus* internacional de discussões sobre direitos humanos, as tratativas no CDH têm repercussão ampla sobre o quadro legal e institucional relativos a alguns dos principais temas da atualidade, tais como liberdade de expressão, privacidade na era digital, combate à corrupção, saúde, direito ao desenvolvimento, combate ao racismo e à discriminação, direito das mulheres, proteção dos direitos das pessoas LGBTI, apenas para citar alguns assuntos. Nesse contexto, é particularmente importante para o Brasil manter e mesmo expandir seu tradicional protagonismo no Conselho, desenvolver novas parcerias com países-chave e explorar iniciativas construtivas para fazer avançar os direitos humanos no plano internacional, sem politização ou polarização.

A candidatura do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos (mandato 2024-2026) é prioritária.

Quanto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o relatório destaca que As relações entre o Brasil e o ACNUR encontram-se no seu melhor momento histórico, que o Brasil, *além de ocupar posição de vanguarda no reconhecimento da condição de refugiado, o Brasil se destacou pelos esforços humanitários na recepção, assistência e integração de refugiados e migrantes venezuelanos, por meio da “Operação Acolhida”*.

O Brasil pode, com toda a experiência adquirida com a Operação Acolhida, firmar-se como uma referência na proteção a refugiados na América Latina, intensificando ações de assistência também a refugiados de outras nacionalidades, incrementando programas de reassentamento e cooperação técnica com outros países.

SF/21494.74721-46



Gabinete da Senadora KÁTIA ABREU

Finalmente, no que pertine ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, o relatório destaca a expansão das atividades do CICV no Brasil. O Comitê tem tido importante atuação na Operação Acolhida, com programa de restabelecimento de laços familiares e ações de assistência no setor de saúde. Além disso, implementa, junto a diversas prefeituras, o programa “Acesso Mais Seguro” (resultado de projeto piloto realizado no Rio de Janeiro). O programa visa à capacitação de servidores públicos quanto a protocolos de segurança em áreas de incidência de violência urbana, a partir do conhecimento humanitário adquirido pelo CICV. A

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/21494.74721-46



SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 06 de Julho de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)		
Renan Calheiros (MDB)	1. Dário Berger (MDB)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	2. Marcio Bittar (MDB)
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
Nilda Gondim (MDB)	Presente	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Daniella Ribeiro (PP)
Kátia Abreu (PP)	Presente	6. Ciro Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)		
Mara Gabrilli (PSDB)	1. Plínio Valério (PSDB)	Presente
Roberto Rocha (PSDB)	Presente	2. Tasso Jereissati (PSDB)
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	4. Giordano (PSL)
PSD		
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Lucas Barreto (PSD)
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	2. Sérgio Petecão (PSD)
Carlos Viana (PSD)	Presente	3. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)		
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)
Humberto Costa (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)		
Cid Gomes (PDT)	Presente	1. Fabiano Contarato (REDE)
Randolfe Rodrigues (REDE)		2. Weverton (PDT)



Reunião: 5^a Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 06 de Julho de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Rose de Freitas

Alessandro Vieira

Izalci Lucas

Jader Barbalho

Jorginho Mello



Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática

TOVAR DA SILVA NUNES - Delegado Permanente do Brasil em Genebra

Início da Votação: 06/07/2021 10:46:43

Fim da Votação: 06/07/2021 02:17:32

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
RENAN CALHEIROS (MDB)	1. Dário Berger (MDB)
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB)	votou 2. Marcio Bittar (MDB)
JARBAS VASCONCELOS (MDB)	3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB) votou
NILDA GONDIM (MDB)	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)
ESPERIDIÃO AMIN (PP)	votou 5. Daniella Ribeiro (PP)
KÁTIA ABREU (PP)	6. Ciro Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
MARA GABRILLI (PSDB)	1. Plínio Valério (PSDB) votou
ROBERTO ROCHA (PSDB)	2. Tasso Jereissati (PSDB)
FLÁVIO ARNS (PODEMOS)	3. Soraya Thronicke (PSL) votou
MARCOS DO VAL (PODEMOS)	votou 4. Giordano (PSL) votou
PSD	
ANTONIO ANASTASIA (PSD)	votou 1. Lucas Barreto (PSD)
NELSINHO TRAD (PSD)	votou 2. Sérgio Petecão (PSD)
CARLOS VIANA (PSD)	votou 3. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
CHICO RODRIGUES (DEM)	votou 1. Marcos Rogério (DEM)
ZEQUINHA MARINHO (PSC)	votou 2. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
JAQUES WAGNER (PT)	votou 1. Fernando Collor (PROS)
HUMBERTO COSTA (PT)	votou 2. Telmário Mota (PROS)
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
CID GOMES (PDT)	votou 1. Fabiano Contarato (REDE)
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)	2. Weverton (PDT)

Votação:TOTAL 17 SIM 17 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senadora Kátia Regina de Abreu
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, EM 06/07/2021

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 17/2021)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR TOVAR DA SILVA NUNES, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE DELEGADO PERMANENTE DO BRASIL EM GENEbra, COM 17 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

06 de Julho de 2021

Senador NELSINHO TRAD

Presidiu a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional